

SISTEMA FAEP



Mala Direta Postal
1000015118-8/2006-DR/PR
FAEP
CORREIOS

BOLETIM informativo

www.faep.com.br | www.twitter.com/SistemaFAEP

Ano XXV | nº 1112 | 6 a 12 de setembro de 2010

Tiragem desta edição: 24.000 exemplares

THE ECONOMIST
A radiografia da produção rural
pág **14**

}} MEIO AMBIENTE | PÁG 02



Rio Belém, em Curitiba

O início...

Fotos: Cleverson Beje e arquivo

» Nas cidades, lixo e esgotos;
No campo, o silencioso trabalho de despoluição dos rios



Cataratas do Iguazu, em Foz

...e o fim!

2

Capa

Meio ambiente

6

Código florestal

Os debates

8

Opinião

Fundo Catástrofe



Arquivo



10

Floricultura

Mercado de flores

12

ITR/2010

As dicas para declarar

16

Via Rápida

A imprensa, os aracnídeos, o Corcel, Ferdinando e Gary Cooper da Silva



Michelli Ribas



18

Cursos SENAR-PR

Agrinho, Mulher atual, olericultura, vegetação ciliar e posses

21

Pra boi não dormir

Friboi e transgenia

23

Agrinho

Para a criançada se divertir

Aspectos Ambientais da

Quem polui quem recupera

Estudo mostra como o campo recupera a poluição causada pelas cidades

Existe a percepção equivocada, especialmente entre as pessoas que habitam nas cidades, de que as causas dos malefícios ao meio ambiente estão nas áreas agrícolas. A legislação reforça essa visão distorcida, sobrecarregando o setor produtivo rural com pesados ônus preservacionistas. As cidades, porém, são poupadas de responsabilidade ambiental similar: águas são desperdiçadas e poluídas, não há preocupação com o volume e destinação do lixo; contamina-se o ar e eliminam-se as possibilidades da vida silvestre que poderia haver nos rios, em suas margens e nas poucas reservas florestais existentes nas áreas urbanas.

A seguir, apresentaremos comparações entre aspectos ambientais da área rural e da área urbana. O objetivo é mostrar que a origem da atual crise ambiental não está no campo mas sim na cidade.

Uso do solo na cidade

No campo, a terra é utilizada para produzir alimentos e riquezas agrárias. Nas cidades, os solos são ocupados com construções, ruas e praças, além de serem recortados para as redes

Relação Campo & Cidade no Estado do Paraná

Poluí é tolerado, limpa é multado

Incessantemente a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP) desenvolve estudos e projetos através de seus técnicos ou de entidades com respeitabilidade no meio acadêmico e científico voltados ao interesse do produtor rural. É o caso, agora, do estudo “**Aspectos Ambientais da Relação Campo & Cidade no Estado do Paraná**”. Seus autores são consultores ambientais (*) e um grupo de professores da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR), que realizaram um diagnóstico sobre a tolerância aos impactos causados ao meio ambiente nas cidades, contrastando ao meio rural, onde ocorre uma

desproporcional regulamentação legal e ações fiscais. Ou seja, quem polui é tolerado, quem limpa é multado.

Nas grandes e médias cidades brasileiras não há mais rios vivos, são cloacas mal cheirosas e só se recuperam quando suas corredeiras alcançam o meio rural.

“Esse estudo esclarece àqueles que vêem o produtor como um devastador, quando é exatamente o contrário. Os rios são a prova disso”, afirma Ágide Meneguette, presidente da FAEP.

* A. Muller Consultoria Ambiental

de serviços urbanos. Nas obras se despreza a camada orgânica, que é retirada ou recoberta com pavimentos e edificações. Os solos, cobertos, compactados e impermeabilizados não absorvem as águas das chuvas. Esse grande volume de água, junto com o lixo das ruas e os resíduos lançados indevidamente em valas e redes coletoras, sobrecarrega os rios urbanos que transbordam e inundam as ruas e casas.

E existem ainda nas cidades os loteamentos irregulares e as ocupações clandestinas, que não respeitam as margens de rios, as encostas e topos de morros, áreas protegidas por lei. O resultado são os deslizamentos e soterramentos de estruturas e residências, ampliando a tragédia ambiental das cidades.

Arquivo



Uso do solo no campo

» No campo, ocorre também o uso indevido do solo, porém em proporções menores em relação ao que acontece nas cidades. O manejo inadequado do solo traz problemas de erosão e de perda de fertilidade, com reflexos diretos na atividade produtiva e na renda do agricultor. Portanto, a recuperação dos fatores ambientalmente negativos no campo se processa tão logo o proprietário rural constata sua ocorrência.

Diferentemente do que acontece na cidade, as chuvas são muito bem-vindas no campo. Os solos agrícolas e florestais recebem as águas das chuvas, que são absorvidas e se infiltram nos aquíferos, alimentando os mananciais. Esse aproveitamento das chuvas depende porém de um correto manejo do solo, para que sejam evitados a erosão e o conseqüente assoreamento dos rios. Esses problemas, deve-se reconhecer, existem ainda no estado, mesmo que de forma circunscrita. Por outro lado,

SEGUE>>>>>>>>

com relação a práticas conservacionistas do solo, o Paraná é modelo para o Brasil. Em mais de 80% da área destinada à produção de grãos no estado se utiliza o sistema de plantio direto na palha. Esse sistema de cultivo mantém o solo coberto o ano todo, evita a erosão, além de aproveitar a matéria orgânica dos restos culturais de uma safra para o próximo plantio.



Rios na cidade

Os rios são os principais indicadores de qualidade ambiental. Os rios urbanos paranaenses e praticamente todos os rios urbanos brasileiros se assemelham a esgotos a céu aberto, tão grande é a quantidade de lixo doméstico e industrial que recebem. Um dos resultados é a extinção de todas as formas de vida aquática nos rios urbanos.

A legislação no campo com relação à preservação dos rios é rigorosa e é obedecida, mesmo porque existe fiscalização e punição para quem não a cumpre. Nas cidades, existem também leis que visam à preservação dos rios urbanos, mas elas não são cumpridas. As matas ciliares urbanas se confundem com as áreas construídas e raramente estão revestidas com vegetação protetora. Os rigores aplicados ao homem do campo, porém não são os mesmos para os infratores da cidade.



Fotos: arquivo

Rios no campo

As águas poluídas deixam as cidades e seguem através das áreas rurais o seu caminho para o mar. E nesse percurso atuam processos naturais de recuperação progressiva que reduzem a poluição, fazendo com que a água retome gradativamente níveis aceitáveis de qualidade.

Um bom exemplo desse processo é o rio Iguaçu, que nasce na Serra do Mar e desemboca no rio Paraná, no oeste do estado. Ao passar pela Região Metropolitana de Curitiba o rio sofre intensa degradação, especialmente ao receber as águas poluídas do rio Belém e de outros rios urbanos. A recuperação das águas que foram contaminadas na cidade se dá em trechos rurais, a dezenas de quilômetros de Curitiba. As águas do Iguaçu, ao chegarem às Cataratas, não mais apresentam os odores e os níveis de degradação que possuíam ao passar pela malha urbana curitibana.

Um outro exemplo da limpeza feita nos rios em seu percurso pelas áreas rurais é o rio Toledo, no oeste paranaense. No trecho antes da cidade de Toledo, embora utilizado por agricultores e produtores de suínos, suas águas apresentam qualidade para que a SANEPAR, aplicando tratamento convencional, capte suas águas para distribuição à população. Quando esse mesmo rio passa pela cidade, apresenta alto índice de coliformes fecais, além de outros poluentes, impossibilitando o uso de suas águas a partir desse trecho. A recuperação da qualidade dessas águas se dá depois de elas penetrarem no rio São Francisco Verdadeiro, que as verterá no reservatório de Itaipu.

A zona rural também despeja nos rios resíduos não tratados, mas em quantidade ínfima, quando comparada aos da zona urbana. E é fácil e rápido neutralizar os efeitos nocivos desses resíduos nas águas dos rios na área rural, o que não é o caso das cidades, que dependem de sistemas de limpeza estruturados e onerosos, administrados pelo poder público.

Com relação às matas ciliares no campo, no Paraná foram plantadas nos últimos sete anos, perto de 100 milhões de mudas para recomposição da vegetação nativa nas margens dos rios, superando a meta estabelecida pelo órgão ambiental do estado. As matas ciliares protegem as nascentes e rios, preservam a qualidade da água, abrigam a fauna, contribuem para atenuar os rigores climáticos e seus efeitos, e impedem que, ao se aplicarem os defensivos agrícolas, estes alcancem diretamente as águas.

Ar na cidade

Além das indústrias e dos esgotos a céu aberto, contribuem para a péssima qualidade do ar das cidades, os veículos, especialmente os que utilizam gasolina como combustível. São cerca de 4,5 milhões de veículos no Paraná emitindo dióxido de carbono (CO₂), a grande maioria circulando nas ruas das cidades.

“ O esvaziamento da área rural não representou o abandono da produção agropecuária. Ao contrário, o Paraná é um dos maiores produtores agrícolas do País”

Ar no campo

Embora todos reconheçam que os ares do campo são mais puros que os da cidade, talvez não seja do conhecimento público que as emissões de gases das áreas urbanas e industriais prejudicam a área rural. Os imóveis mais próximos das cidades podem ser afetados por chuvas ácidas decorrentes das reações de gases industriais ricos em enxofre que, em contato com a umidade atmosférica, se precipitam, causando aos poucos a contaminação dos solos.

Assim como ocorre com as águas poluídas nas cidades, que se recuperam no trajeto do rio pelo campo, a diluição das emissões de gases nas áreas urbanas e industriais também se dá na atmosfera sobre áreas rurais. Para essa limpeza do ar contribuem as reservas legais de florestas, correspondentes a 20% da área de todos os imóveis do estado, e também as áreas de proteção permanente.

E não há, nas cidades, atenuadores dos gases de efeito estufa como no campo. A agricultura paranaense reduz o efeito estufa pela simples razão de existir, pois o processo de fotossíntese das plantas retira da atmosfera o CO₂, retém o Carbono e devolve o Oxigênio à atmosfera. A cada safra, um hectare de milho retira do ar 1,6 t de CO₂, o feijão 1,3 t/ha, a soja 1,5 t/ha. Na equação de equilíbrio cultivo/geração energética da cana-de-açúcar, o benefício pode chegar a 33,8 t/ha.



Fernando dos Santos

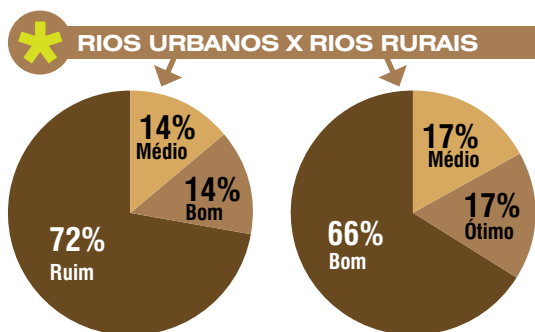
Desafios compartilhados

Cerca de 82% da população do Paraná, estimada em 2009 em 10.300.000 habitantes, residem hoje em zonas urbanas e perto de 18% em áreas rurais. Nos anos setenta, 64% da população estava no campo. Nas últimas duas décadas se observou um grande movimento migratório para as cidades, decorrente, dentre outros fatores, da falta de políticas públicas de apoio à permanência do homem no campo. O esvaziamento da área rural, porém, não representou o abandono da produção agropecuária. Ao contrário, o Paraná é um dos maiores produtores agrícolas do País.

Certamente há que se melhorar a qualidade da vida na zona rural, o que já se vem obtendo com programas de educação ambiental, incentivos à sustentabilidade da produção rural e atuação dos órgãos ambientais. Mas é importante destacar que o foco das perturbações ambientais está nas concentrações urbanas e não no campo. As leis que existem nas cidades não impedem que famílias residam sob pontes e viadutos ou que ocupem encostas e margens de rios, que favelas se desenvolvam em áreas de risco social e que loteamentos se estabeleçam em condições ambientalmente inaceitáveis.

A dependência dos produtores rurais à fertilidade dos solos, à regularidade das chuvas e dos fluxos dos rios, os tornam mais sensíveis aos desequilíbrios ambientais do que os cidadãos urbanos, acomodados às artificialidades da vida nas cidades. Para grande parte dos habitantes dos núcleos urbanos, equilíbrio ambiental é algo distante de sua realidade e não diz respeito às suas atitudes cotidianas.

No Paraná, pode-se afirmar que a situação ambiental na área rural está administrada e as condições dos solos e das águas se encontram em crescente melhoria. Esse quadro, porém, é o contrário do que ocorre nas áreas urbanas. A decadência ambiental se amplia e os habitantes das cidades parecem não se preocupar com sua responsabilidade. É necessário e urgente campanhas educativas e a aplicação rigorosa de uma nova regulamentação ambiental urbana que exija a correção dos problemas existentes, previna à agressão ao ambiente e promova a sustentabilidade ambiental das cidades. O campo já está fazendo sua parte. Há muito tempo.



Os debates sobre o

O projeto será votado pelo Congresso após as eleições,



* CARLA BECK é engenheira agrônoma do DTE/FAEP

O Projeto de Lei nº 1876/99, aprovado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, no dia 06 de junho de 2010, deu início a uma série de debates.

As propostas de mudanças que tem causado maior polêmica são:

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

» As APP's ao longo de cursos de água passam a ser definidas a partir do leito menor, ou seja por onde correm regularmente as águas durante o ano;

» Nos cursos de água de até 5 metros, as APP's ficam reduzidas para 15 metros;

» Consolidação das áreas já utilizadas até 22 de junho de 2008;

» A área de preservação permanente em reservatórios artificiais deixa de ter uma extensão mínima prevista na Resolução CONAMA nº 302/2002 e passa a ser estabelecida em procedimento de licenciamento ambiental, podendo ser dispensada em casos de acumulações naturais ou artificiais de água com superfície inferior a um hectare;

» Topos de morro e de terras acima de 1800m (mil e oitocentos metros) de altitude deixam de ser consideradas áreas de preservação permanente;

» Manutenção de atividade econômica em áreas de preservação permanente.

RESERVA LEGAL (RL)

» Dispensa a obrigação de manutenção de Reserva Legal em imóveis com até 04 (quatro) Módulos Fiscais. Que pode variar segundo a região de 96ha a 48ha;

» É permitido computar a APP para o cálculo da Reserva Legal de cada imóvel;

» A recomposição da RL terá prazo de até 25 anos sendo permitido o plantio de espécies exóticas em até 50% da área;

» Possibilita promover a retificação da averbação da área de RL;

» Amplia-se às alternativas de compensação de RL fora da propriedade, admitindo-se a utilização de áreas fora da bacia hidrográfica ou mesmo do Estado, desde que esteja no mesmo bioma;

» Possibilidade do proprietário ou possuidor de imóvel rural da substituição da conservação de um percentual de Reserva Legal por uma das seguintes alternativas de compensação:

I aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA);

II arrendamento de área sob regime de Servidão Ambiental ou Reserva Legal equivalente em importância ecológica e extensão, no mesmo bioma, conforme critérios estabelecidos em regulamento; ou

III doação ao Poder Público de área localizada no interior de unidade de conservação do grupo de proteção integral pendente de regularização fundiária, ou contribuição para fundo público que tenha essa finalidade, respeitados os critérios estabelecidos em regulamento.

SUSPENSÃO DE MULTAS:

» Proíbe autuações e suspende as multas já aplicadas por supressão irregular de vegetação nativa em Áreas de Preservação Permanente, áreas de Reserva Legal ou em áreas de inclinação entre 25° e 45° praticada até 22 de julho de 2008.

O texto do Deputado Aldo Rebelo recebeu várias críticas. Os Procuradores e Promotores ambientais posicionaram-se contra a revisão do Código Florestal. Os promotores não querem que o Legislativo legisle sobre o tema. No parecer eles mostram que a lei não precisa ser mudada, mas colocada em prática. Já na análise dos cientistas da Fapesp

Código Florestal

por isso faça uma boa escolha dia 3 de outubro

(Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) o projeto de lei proposto não contou com a comunidade científica para ser elaborado. É preciso salientar, porém, que houve inúmeras audiências públicas chamando todos interessados a participar e que os técnicos da EMBRAPA estiveram presentes ativamente nas discussões.

Para tentar um consenso o Ministério do Meio Ambiente prepara texto alternativo às mudanças. O objetivo é manter parte das propostas apresentadas no Relatório do deputado, com possíveis mudanças em relação a questões polêmicas envolvendo áreas em topos de morros e margens de rios.

A solução parece estar muito perto. Entretanto é importante ressaltar que até a aprovação desse projeto de Lei, continua valendo o Código Florestal de 1965. O Projeto de Lei com as mudanças apresentadas acima só deve ir para votação no plenário após as eleições de outubro ou o ano que vem.

Resta para o produtor rural torcer e pressionar politicamente para que este projeto de lei seja aprovado o mais rápido possível. Por isso toda atenção para o próximo dia 3 de outubro. Nesta data o produtor rural terá

a oportunidade de eleger seu representante no Congresso Nacional que terá papel fundamental na análise em plenário do novo Código Florestal Brasileiro.

O produtor não deve perder a oportunidade de escolher representantes para o Senado e Câmara Federal que defendam a realidade agrícola dentro da nova proposta de meio ambiente apresentada.



Fotos: arquivo

“ O Projeto de Lei com as mudanças só deve ir para votação no plenário após as eleições de outubro ou o ano que vem ”

Nas discussões, as APPs (acima) e Reservas Legais (ao fundo)

Seguro Rural

...ou o governo federal se compromete ou...



* ÁGIDE
MENEGUETTE
é presidente do
Sistema FAEP

A recente aprovação do Fundo de Catástrofe é um importante passo para a consolidação do seguro rural no Brasil. Ele substituirá o Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR), criado em 1969, que falhou quando foi acionado pelas seguradoras, pois não tinha recursos suficientes para pagar os sinistros ocasionados pelas catastróficas secas de 2000 e 2004. O aporte do governo federal no fundo atrasou em mais de um ano, levando os produtores a descreditarem no seguro.

O novo fundo tem a finalidade de dar estabilidade ao sistema de seguro rural para que as seguradoras e resseguradoras contratem as operações cientes de que suas responsabilidades terão limite determinado para sinistro, a partir do qual o fundo propiciará a cobertura suplementar.

Os recursos desse fundo, formados em parceria público-privada, garantirão às empresas seguradoras e resseguradoras cobertura suplementar dos riscos de seguro rural em casos de catástrofes climáticas, como secas, geadas ou excesso de chuva. Isso vai evitar a saída das seguradoras desse mercado e atrair novas resseguradoras, que poderão oferecer seguros para atividades de alto risco, como é o caso do feijão no Paraná. Além disso, o produtor terá a certeza de que os episódios de 2000 e 2004 não se repetirão.

Constituído o novo fundo, o governo aportará no primeiro ano R\$ 2 bilhões. Outros R\$ 2 bilhões seriam aplicados no fundo nos três anos seguintes por meio de títulos públicos, mas o presidente da República vetou esse prazo, gerando nova incerteza sobre a capacidade do fundo arcar com catástrofes.

Ressalto que o fundo proporciona segurança e induz a oferta de seguro, mas é apenas parte de um modelo que incluiu outra parte, o Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR), do governo federal, que incentiva a demanda. Se esse programa não funcionar a contento, o fundo não tem serventia.

O elevado risco das atividades agrícolas faz com que os produtores paguem uma alta taxa pelo seguro, que sem subvenção se torna praticamente inviável. Nos países em que o seguro rural funciona com eficiência, como EUA, Espanha e Canadá, o governo subsidia parte da taxa paga pelo produtor, chegando em alguns casos a pagar 100%.

A sonhada redução da alta taxa paga no seguro agrícola só será possível com a implementação do fundo aliada a uma massificação do seguro. Aqui está o maior entrave, o governo tem jogado contra a massificação do seguro rural.

Na safra 2009/2010, cerca de 10% do total de área de cultivo no Brasil, ou 6,7 milhões de hectares, estava coberta com seguro. É muito pouco ainda. Porém, para surpresa dos produtores, a nova safra que está sendo plantada deverá ter uma redução com área coberta pelo seguro. Isso porque o governo federal reduziu no orçamento os recursos do programa de subvenção.

Em 2010, a demanda no programa era de pelo menos R\$ 460 milhões, mas o governo aprovou R\$ 238 milhões, dos quais foram subtraídos R\$ 90 milhões para pagar subvenções não pagas às seguradoras ano passado. Logo, o recurso disponível no programa hoje é de apenas R\$ 148 milhões, valor muito inferior aos R\$ 260 milhões gastos em 2009.

Vale lembrar que o Plano Trienal do Seguro Rural - PTSR do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural já falhou esse ano, pois previa aportes de recursos orçamentários de R\$ 451 milhões em 2010, R\$ 570 milhões em 2011 e R\$ 680 milhões em 2012.

Essa falta de comprometimento do governo federal com o seguro agrícola ocorre exatamente no ano em que especialistas em clima indicam que o fenômeno La Niña eleva o risco de seca no verão.

“ Nos países em que o seguro rural funciona com eficiência, o governo subsidia parte da taxa paga pelo produtor, chegando em alguns casos a pagar 100% ”

O alvo é a murta

Municípios da região noroeste tomam medidas para combater o Greening



MURTA: hospedeira do inseto transmissor do Greening

Lei Estadual

Ação promovida pelos Conselhos Municipais de Sanidade Agropecuária (CSAs) em 13 municípios da região noroeste do Paraná é um bom exemplo para regiões em que há a presença do greening, também conhecida como HBL - doença que atinge as murtas e plantas cítricas. Os CSAs, com a participação de técnicos da Secretaria Estadual da Agricultura e do Abastecimento (Seab), estão se mobilizando para aprovar uma legislação que provoque a substituição da murta na região. A murta é um arbusto muito utilizado como cercas vivas, mas é hospedeira do inseto transmissor do greening, doença provocada por uma bactéria e que ameaça a sustentabilidade da citricultura.

De acordo com Jorge Nishiwawa, presidente do Sindicato Rural de Apucarana, os municípios estão fazendo campanhas para mobilizar a população no controle da murta. “Não há como controlar as pragas e doenças provocadas pelas murtas espalhadas pela região, a sua proibição é a alternativa, porque nesses municípios a citricultura tem elevada importância econômica”, diz Nishiwawa. Segundo ele, as prefeituras pretendem fazer um levantamento para saber quantas plantas desta espécie existem nos locais para substituí-las ou erradicá-las. “Nós queremos fazer uma campanha para destacar a importância econômica da citricultura no estado”, observa.

Dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) mostram que, em 2009, o Paraná ocupou a 5ª posição na produção de citros no país, com 20 mil hectares. Desse total, a região noroeste do estado corresponde a 13,5 mil hectares, segundo dados do Departamento de Economia Rural (DERAL) da Seab, onde foram produzidas 520 mil toneladas de laranja no ano passado.

Desde 2008, conforme Lei Estadual Nº 15.953, o Paraná proíbe a produção, o trânsito, o comércio e o plantio de mudas de murta no território paranaense. Além da decisão estadual, alguns municípios do estado já possuem uma lei para erradicar ou substituir a planta. São eles: Paranavaí, Alto Paraná, Nova Esperança, Ourizona, Sabáudia, Cruzeiro do Sul, Florai, Guairaçá e São Jorge do Patrocínio.

A cidade de Paranavaí foi uma das primeiras da região noroeste a aprovar a lei, em 2007, que combate à propagação da murta. Segundo o diretor ambiental da prefeitura, Edson Hedler, desde que a legislação entrou em vigor no município, mais de 95% da planta foi eliminada tanto na área rural como na urbana.

» Confira os 13 municípios que estão se mobilizando para combater o Greening: Mauá, Marilândia, Califórnia, Rio Bom, Sabáudia, Apucarana, Arapongas, Cambira, Novo Itacolomi, Jandaia, Bonsucesso, Marumbi e Kaloré.

Sobre o Greening

Causado por uma bactéria chamada *Candidatus Liberibacter spp*, o greening provoca uma redução na produção e a morte da planta. A doença é transmitida pelo inseto da família *Psyllidae* que, ao sugar a seiva da planta, introduz a bactéria *Diaphorina citri*, iniciando o ciclo de infecção. O pequeno inseto mede de três a quatro milímetros e é comum nos pomares brasileiros e na planta ornamental conhecida como falsa murta (*Murraya paniculata*). O sintoma característico do greening ocorre, inicialmente, em um ramo que se destaca por apresentar folhas de cor amarela, em contraste com o verde de ramos não afetados, provocando seca e morte dos ponteiros e redução no crescimento da planta. Além disso, os frutos tornam-se pequenos, deformados e assimétricos.

Cuidado

A presença de HLB nos pomares de mais de 60 municípios da região norte e noroeste, nos últimos três anos, põe em risco o cultivo de citros no estado, que apesar de jovem - o plantio de laranja teve início nos 90 - representam importante contribuição para a economia paranaense.

O produtor rural deve ficar atento ao cumprimento das determinações legais para o controle do inseto vetor e para a erradicação de plantas doentes e plantas hospedeiras.

Ausência de incentivos barra o crescimento da floricultura no Paraná

por Hemely Cardoso

O último Levantamento da Seab (Secretaria da Agricultura e do Abastecimento), divulgado em 2007, mostra que o setor de floricultura cresceu 324% no Paraná. Embora os números sejam positivos, a produção de flores no estado ainda não é suficiente para atender toda a demanda. Só para se ter uma idéia, 80% das flores consumidas no Paraná são importadas de São Paulo - maior produtor do Brasil - enquanto a produção paranaense corresponde a cerca de 20% do consumo no estado.

Falta de assistência técnica, linhas de crédito específicas para o financiamento e a ausência da organização dos produtores em cooperativismo são alguns dos entraves que impedem o crescimento do setor. Dados divulgados pelo Deral (Departamento de Economia Rural) da Seab mostram que, em 2009, o setor de plantas ornamentais movimentou R\$ 64 milhões no Paraná. Curitiba e sua região Metropolitana lideram a produção de gramado e tagetes. Os principais produtores de crisântemos são as cidades de Umuarama, Uniflor, Marialva, Pinhalão e Londrina, que também se destaca pela produção de mudas de árvores para urbanização.

Sem incentivos

Na avaliação da professora e coordenadora de Fitotecnia e Fitossanitarismo na UFPR (Universidade Federal do Paraná), Francine Lorena Cuquel, o setor de floricultura cresce graças ao desenvolvimento e ao maior uso de novas tecnologias. Segundo ela, o grande desafio para aumentar a produção paranaense é investir em estudos realizados pelos órgãos de extensão e incentivar os produtores a formarem cooperativas para comercializar o produto. “Enquanto os produtores paulistas contam com uma estrutura totalmente organizada, os produtores do Paraná não possuem incentivos para aumentar e melhorar a produção” destaca.

O presidente da Câmara Setorial de Flores e Plantas Ornamentais, do MAPA, Renato Opitz, afirma que a floricultura é um setor que demanda muita tecnologia e altos investimentos. “Não é viável para o produtor limitar-se a uma pequena estufa, pois é impossível conseguir qualidade constante durante os 12 meses do ano”, explica. Além disso, segundo ele, para atender a demanda



Nem tudo s flores

“Enquanto os produtores paulistas contam com uma estrutura totalmente organizada, os produtores do Paraná não possuem incentivos para aumentar e melhorar a produção”



FRANCINE LORENA CUQUEL,
professora e coordenadora de Fitotecnia e Fitossanitarismo da UFPR

os produtores devem aumentar a durabilidade das flores e plantas. “É importante que o produtor invista em novas variedades, em técnicas de pós-colheita e na cadeia do frio”, acrescenta. Nos próximos anos, a produção de flores e plantas ornamentais no país deve crescer em média 20%, ultrapassando a marca de US\$ 10 milhões em 2015. Segundo Opitz, a média anual de consu-



Para não errar

Aquem pretende investir no setor da floricultura, Renato Opitz dá algumas dicas:

- » A floricultura não é um negócio para amadores. Por isso, é importante estudar e se preparar antes de entrar nesse mercado;
- » O produtor deve estar sempre buscando inovações. Para se manter atualizado, ele pode fazer cursos e participar de feiras e exposições;
- » O produtor precisa se adequar às exigências do consumidor;
- » Para o negócio dar certo, o produtor não pode começar com uma escala muito grande de mudas. Em média, mil mudas;
- » O produtor deve estabelecer como vai fazer a comercialização da flor, bem como estudar o canal de distribuição para o produto.



SENAR-PR

Cursos

Para quem quer aprender sobre o cultivo de flores, o Senar oferece alguns cursos na área. Conheça:

1 CURSO BÁSICO EM FLORICULTURA |

Objetivo: desenvolver a atividade de produção de flores e outras plantas ornamentais. A carga horária é de 24 horas.

2 CURSO AVANÇADO EM FLORICULTURA |

Objetivo: implantar a atividade de produção, propagação e comercialização de flores. O curso dura 16 horas.

3 JARDINEIRO | **Objetivo:**

empregar técnicas corretas de formação e manutenção de jardins, flores, gramados e outras plantas ornamentais. Duração: 24 horas.

Mais informações sobre os cursos no site www.senarpr.org.br ou na sede do Sindicato Rural do seu município.



Fotos: arquivo e divulgação

Orquídeas e rosas

“**T**udo começou como um hobby”. Assim define o agricultor e presidente da Associação dos Orquidicultores de Maripá, Osmar Toller, de 52 anos, ao ingressar no mercado de orquídeas. Ele e sua mulher, Loreni Toller, comandam um orquidário com mais de 20 mil mudas. E, para não ficar de fora do mercado, a receita de Osmar e Loreni é continuar investindo no negócio. “Como estamos há seis anos no mercado, não podemos deixar de investir em infraestrutura e na qualidade do nosso produto”, assegura Osmar, acrescentando que está ampliando as estufas do orquidário.

Para quem pretende ingressar nesse mercado, o agricultor recomenda: “É como qualquer negócio, tem o lado positivo e negativo. Não há nenhum segredo para manejar a orquídea. O segredo é você gostar do que faz”. O casal vende, em média, 100 vasos da planta por semana e para ampliação do orquidário gastou aproximadamente R\$ 100 mil.

Há pouco mais de seis anos no mercado, o produtor de rosas **Júlio Hamamoto**, de Cianorte, está investindo em tecnologia e novos modos de produção e se mantém atualizado e participando de feiras no estado vizinho, em São Paulo. O produtor tem em sua propriedade cerca de 3.600 mudas de rosas e vende, em média, 50 dúzias da flor por semana. Para não ficar fora do mercado, investiu em irrigação mecanizada e na pulverização com bomba motorizada.

Júlio pretende aumentar a produção no seu roseiral, no entanto, há falta de mão de obra na região. “A minha produção não está acompanhando a demanda local. Por isso, estamos importando a flor de São Paulo. Quero ampliar o meu negócio, mas está difícil encontrar trabalhadores para expandir a produção”, afirma. O produtor lamenta, ainda, que faltam incentivos e assistência técnica para o setor de floricultura no estado.

Como já atua nesse segmento há alguns anos, passou a incentivar outros produtores a investirem no cultivo da rosa. “Dou as dicas sobre o manejo e do que é certo ou errado na produção”, revela, acrescentando que para melhorar a comercialização de flores, os 20 produtores estão se organizando para formar uma associação da região norte e noroeste.

São



MARIPÁ: a cidade da orquídea

mo per capita de flores e plantas ornamentais no Brasil é de R\$ 14,00. O valor é muito baixo quando comparado a outros países. Na Europa, por exemplo, o consumo é de US\$ 70,00 por habitante. O país possui cerca de nove mil produtores de plantas e flores, com uma área de produção de 12 mil hectares, a maior parte localizada em Holambra, a “capital nacional das flores”.

De 1º a 30 de setembro, a Receita Federal receberá as Declarações de Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural de 2010 (ITR) de 480 mil produtores rurais paranaenses.

QUEM ESTÁ OBRIGADO

A pessoa física ou jurídica que, em relação ao imóvel rural a ser declarado, inclusive imune ou isento, seja, na data da efetiva entrega:

I proprietária, titular do domínio útil ou possuidora a qualquer título, inclusive usufrutuária;

II um dos condôminos, quando na data da efetiva entrega da declaração,

o imóvel pertencer simultaneamente:

a) a mais de uma pessoa física ou jurídica, em decorrência de contrato ou decisão judicial; ou

b) a mais de um donatário, em função de doação recebida em comum.

III o inventariante, em nome do espólio, quando não estiver concluída a partilha, ou, se esse não tiver sido nomeado, o cônjuge meeiro, o companheiro ou o sucessor a qualquer título, mas com a obrigatoriedade da declaração ser feita em nome da pessoa falecida.

COMO PREENCHER

I Com o uso de computador, mediante a utilização do Programa Gerador da Declaração (PGD) do ITR 2010, que está disponível a partir de 1º de setembro no sítio da Receita Federal na Internet, no endereço <http://www.receita.fazenda.gov.br>; ou

II em formulário, conforme modelo aprovado pela Instrução Normativa RFB nº. 1.044/2010.

Os 184 Sindicatos Rurais do Paraná possuem funcionários capacitados a preencher a declaração do ITR 2010, pela internet, dos produtores rurais que estiverem em dia com o pagamento da Contribuição Sindical Rural.

ENTREGA

I pela Internet, através do programa de transmissão Receitanet;

II em disquete, nas agências do Banco do Brasil ou da Caixa Econômica Federal, ou

III em formulário, nas agências e nas lojas franqueadas dos Correios, ao custo de R\$5,00 (cinco reais).

PAGAMENTO DO IMPOSTO

O valor do Imposto pode ser pago em até 4 (quatro) parcelas não inferiores a R\$ 50,00. Caso o valor do ITR apurado seja inferior a R\$ 100,00, deve ser pago em uma parcela em qualquer agência bancária integrante da rede arrecadadora de receitas federais, mediante o Documento de Arrecadação de Receitas Federais. (DARF).

BASE DE CÁLCULO

Valor da Terra Nua Tributável

CÁLCULO DO VTN

1 Apura-se o valor venda do imóvel em 1º de janeiro de 2010;

a) Deduzindo-se o valor das benfeitorias, das pastagens cultiva

Veja como ITR/2010

O Departamento
da FAEP dá toda a assistência
para enfrentar



declarar o 2010

ento Sindical
odas as dicas
ntar o Leão



das ou melhoradas, das florestas plantadas e das culturas, apura-se o valor da terra nua - VTN;

b) Do VTN, são deduzidas automaticamente pelo programa de transmissão Receitanet as áreas não tributáveis, chegando ao VTNT (Valor da Terra Nua Tributável).

REFERÊNCIA PARA DECLARAR O VTN 2010

O produtor rural paranaense deve ficar atento a uma tabela de valores de terra nua, levantada pelo Departamento de Economia Rural - DERAL da Secretaria da Agricultura. Os valores de 2010 ali lançados podem servir de referência quando for declarar o ITR. A Receita Federal em procedimentos de fiscalização, utiliza a tabela do DERAL para comparar com os valores declarados pelos proprietários rurais.

Você encontra a tabela de valores da terra nua no site da FAEP: www.faep.com.br

ITR E OS MUNICÍPIOS

A partir de 2009, nos casos em que o Município tenha celebrado convênio com a Receita Federal, o ITR se tornou de competência do Município. Deterá a competência fiscalizatória e todo o produto da arrecadação do tributo.

ALÍQUOTA DO ITR

Através da Declaração do ITR, o produtor rural informa a área de preservação permanente (mata ciliar), de reserva legal, de benfeitorias, de pastagens, de lavouras (soja, milho, trigo, feijão, arroz, cana-de-açúcar, café, batata, etc.). Informa ainda os animais existentes na propriedade.

Com base nestes dados, apura-se o GRAU DE UTILIZAÇÃO, que, por sua vez, faz gerar a alíquota. Quanto maior o grau de utilização, menor a alíquota do imposto e menor será o valor apurado do ITR.

ITR E RESERVA LEGAL

O ITR não incide sobre a área de Reserva Legal, desde que esteja averbada no registro do imóvel e o produtor rural tenha apresentado o Ato Declaratório Ambiental - ADA em 2010.

ITR E APP

Para as hipóteses do Art. 2º do Código Florestal, Lei nº. 4.771/65 a área de preservação permanente não precisa estar averbada no Registro de Imóveis. Neste caso, para que o ITR não incida sobre referida área, basta a existência real e que o produtor rural declare o ADA 2010. No caso das áreas de preservação permanente do art. 3º do Código Florestal, é necessário que a autoridade ambiental reconheça as áreas.

EXIGÊNCIA DO ADA

A Receita Federal não aceita, sem o ADA, que as áreas de reserva legal e de preservação permanente sejam declaradas como não tributáveis. O prazo também é 30 de setembro e deve ser apresentado ao IBAMA. A partir de 2007, o ADA tornou-se de entrega obrigatória todo o ano. O ADA após ser preenchido, gera um número de protocolo que deve ser informado em campo específico da Declaração do ITR 2010.

Mais informações com:

Luiz Antonio Finco (luiz.finco@faep.com.br) e
Altevir Getúlio de Góes (altevir.goes@faep.com.br)

brasileira é “impressionante”



Brasil, o produtor padrão de alimentos

Entre agora e 2050 a população mundial passará de 7.000 a 9.000 bilhões. Sua renda é provável que aumente mais do que isso e a população urbana total será aproximadamente o dobro, mudando a dieta, bem como a demanda global porque os moradores da cidade tendem a comer mais carne. A FAO calcula que a produção de grãos terá que aumentar 50% e a produção de carne terá que dobrar até 2050. Isso será difícil de alcançar, porque na última década o crescimento da produção agrícola estagnou e a água tornou-se uma restrição. Apenas 40% do aumento da produção mundial de grãos depende da produtividade e os outros 60% vão depender do aumento da área

utilizada para produção. Na década de 1960 apenas um quarto veio de terra e mais de três quartos vieram do aumento de produtividade.

O Brasil tem todas as características para se tornar o produtor padrão de alimentos no mundo. O Brasil tem mais reserva de terras agriculturáveis do que qualquer outro país. A FAO aponta que o país tem potencial total de terras aráveis de mais de 400 milhões de hectares; apenas 50 milhões estão sendo utilizados. Números oficiais brasileiros apontam uma área disponível um pouco menor, 300 milhões hectares. De qualquer maneira, é uma grande quantidade de terra disponível. O Brasil tem mais terra disponível que os EUA e a Rússia juntos. O país é muitas vezes acusado de derrubar a floresta amazônica pra produzir alimentos, mas dificilmente essas novas terras estarão na Amazônia, a maioria estará no Cerrado.

Tanta água quanto a Ásia

O Brasil também tem mais água. De acordo com o Relatório Mundial de Avaliação da Água da ONU de 2009, o Brasil tem mais de 8.000 bilhões de quilômetros cúbicos de água renovável a cada ano, mais do que qualquer outro país. Com uma população de 190 milhões, o país tem tanta água disponível quanto a Ásia com uma população de 4 bilhões de pessoas. E novamente, isso não é por causa da Amazônia. O Piauí é uma das áreas mais secas do país, mas recebe um terço da água a mais que o *corn belt* dos EUA.

Desde 1996, os agricultores brasileiros têm aumentado a quantidade de terra cultivada em um terço, principalmente no cerrado. Isso é muito diferente de outros países produtores, cuja quantidade de terras produtivas está em queda. Mas a disponibilidade de terras é apenas um motivo secundário para o extraordinário crescimento da agricultura brasileira. Se quiser saber o motivo principal em três palavras, elas são Embrapa, Embrapa, Embrapa.

A empresa é a principal responsável pelo desenvolvimento da agricultura no Brasil. Ela realizou as pesquisas mais relevantes no desenvolvimento da produção e produtividade da agropecuária do Brasil. A Embrapa só não conseguiu acabar com um problema crônico do agronegócio brasileiro: a falta de infraestrutura de logística. Isso faz com que o país não seja o lugar mais barato para se plantar soja, mas com certeza ele é o país mais barato pra se plantar o próximo acre de soja. Nos países concorrentes, como Argentina e EUA, as terras disponíveis para plantar precisam de investimentos altos para começar a produzir.

Quanto Maior Melhor

Como quase todos os países agrícolas de grande porte, o Brasil é dividido entre as operações produtivas gigantes e fazendas ineficientes. De acordo com Mauro e Ignez Lopes, da Fundação Getúlio Vargas, metade das 5 milhões de fazendas do país ganham menos de 10.000 reais por ano e produzem apenas 7% da produção agrícola total, 1,6 milhões são grandes operações comerciais, que produzem 76% da produção. Nem todos os agricultores familiares são um problema na economia: grande parte da produção de aves está concentrada entre eles. Mas as grandes fazendas são muito mais produtivas.

* Tradução de Frabricio Monteiro, médico veterinário do DTE/FAEP



Aracnídeos

» Há a crença de que aranhas, grilos e lagartixas representam boa sorte para o lar. Matar uma aranha pode causar infelicidade no amor. Mas se for a aranha marron ou você acaba com ela ou ela acaba com você.



Ah, esses americanos...

- 1 O jardim do Éden era no Iraque.
 - 2 A Mesopotâmia, onde agora é o Iraque, foi o berço da civilização.
 - 3 Noé construiu a Arca no Iraque.
 - 4 A torre de Babel ficava no Iraque..
 - 5 A esposa de Isaac, Rebeca, era de Nahor, que ficava no Iraque.
 - 6 Nabucodonosor, rei da Babilônia, conduziu os "Filhos de Israel" prisioneiros através do Iraque.
 - 7 Os Reis Magos eram do Iraque.
 - 8 Pedro também fez orações no Iraque.
- Bem, aí os americanos chegaram...



MOSAICO

Curiosidades

- » A profundidade média dos oceanos é de 3.730 m. A maior delas encontra-se na Fossa das Marianas (Filipinas) com 10.920 m.
- » O rottweiler é uma raça mais antiga do que se imagina. Ele já era usado como cão de pastoreio pelas legiões romanas.
- » Existiram gogos famosos: Aristóteles, Charles Darwin, Marilyn Monroe, Napoleão Bonaparte, Nelson Gonçalves, Machado de Assis. E, e, e, e, e, uuuu, uuuu...

Três mentiras:

- » Que bom que você já arrumou outra, estou feliz.
- » A amizade é o que importa.
- » Juro que não estava sabendo...

Falar pelos cotovelos:

» Surgiu da mania das pessoas faladeiras têm de tocar o interlocutor no cotovelo, afim de chamar mais a atenção.

O martelo

- » Isaquinho, vai pegar martelo na casa de Abraão..
- Abraão não está, pai.
- Pega martelo na casa de Jacó.
- Jacó emprestou martelo pra Levi.
- Então vai pegar martelo com Levi.
- Levi foi viajar.
- Então pega nossa martelo mesmo!

BEM NA FOTO

Ferdinando, o exigente

» Quando bebê, o touro **Ferdinando** foi tratado com mamadeira diante do falecimento de sua mãe, no parto. Mal acostumado por **GARY COOPER DA SILVA**, fazendeiro na região de Paranavaí, Ferdinando, diariamente, toma café com seu patrão na sede da fazenda. Ameaça chifrar a mesa se Gary não lhe servir broinhas de fubá, rosquinhas de milho, torta de limão e de côco, omelete e um iugurtezinho. Ferdinando recusa derivados de milho como sucrilhos, mas não dispensa nas sextas feiras pão caseiro com banha de porco.



GENTE FALSA 13



Mamborê

No dia 11 de agosto tomou posse a diretoria do Sindicato Rural de Mamborê para triênio 2010/2013, com Edgar Sehaber na presidência. O diretor Secretário da FAEP, Livaldo Gemin, representou a entidade no evento.



Palotina

Em 13 de agosto houve também a posse da diretoria do Sindicato Rural de Palotina. Nestor Antônio Araldi foi reeleito presidente do sindicato para o triênio 2010/2013. O evento teve a presença do diretor secretário da FAEP, Livaldo Gemin.



CAMPINA DA LAGOA

Pelo fim das cortadeiras

O Sindicato Rural de Campina da Lagoa, em parceria com o SENAR-PR e a EMATER-PR, promoveu no dia 16 de agosto uma palestra sobre controle de formigas cortadeiras. A palestra foi ministrada pelo técnico da EMATER-PR, Antonio Pádua. O evento aconteceu na sede do sindicato e contou com a presença de mais de 50 produtores rurais.



Visita do Agrinho

Nos dias 8 e 9 de julho os personagens do Agrinho visitaram os alunos de escolas municipais de Paranaíba. Agrinho, Nando e Aninha fizeram a alegria da criançada, divulgando o programa e o concurso promovido pelo Sistema FAEP, que em novembro irá premiar os melhores projetos desenvolvidos em todo Estado.



Na sustentabilidade e no teatro

No dia 1º de julho a prefeitura de São Miguel do Iguaçu, através da sua secretaria de Educação, promoveu a Caminhada da Sustentabilidade. O destaque ficou por conta dos personagens Agrinho, Aninha e Nando, que animaram a caminhada com as crianças. O evento foi idealizado pela Escola Estadual Parigot de Souza e fez parte da divulgação do Programa.



Mulheres

No dia 18 de agosto, a turma do curso Mulher Atual de Céu Azul realizou uma manifestação solicitando a duplicação da BR 277. São corriqueiros os acidentes fatais nessa rodovia e a duplicação é uma exigência antiga das cidades que estão às suas margens. A turma orientada pela instrutora do SENAR-PR, Eliana Cristina Scherbak, confeccionou faixas, banners e adesivos para carros que reforçavam o pedido.





CÉU AZUL

O mesmo ocorreu nos dias 12 e 13 do mesmo mês, desta vez nas escolas municipais Leôncio Correia, Tancredo Neves, São Cristóvão, Olavo Bilac e José Bonifácio, em Céu Azul.

Á

SÃO JOÃO DO CAIUÁ



A ninha e Nando, a pedido do Sindicato Rural de São João do Caiuá, estiveram junto com a criançada na exibição de uma peça de teatro que abordou questões ambientais e principalmente as maneiras corretas no uso dos agrotóxicos. Além do Programa Agrinho, também foram feitos esclarecimentos sobre o JAA (Jovem Agricultor Aprendiz) e Empreendedor Rural.

}}

LARANJEIRAS DO SUL

Aplicação de agrotóxicos

De 16 a 21 de agosto o Sindicato Rural de Laranjeiras do Sul, em parceria com o SENAR-PR e a Cooperativa Coprossel, realizou um curso de aplicação de agrotóxicos. O curso ministrado pelo instrutor do SENAR-PR, Miguel Severino Alves, tem o objetivo de mostrar aos agricultores a importância do uso correto dos equipamentos de segurança, ferramentas de trabalho e cuidados gerais na pulverização.



}}

Vegetação ciliar

O Sindicato Rural de Palotina e o SENAR-PR realizaram um curso de recomposição de mata ciliar para demonstrar aos participantes a importância da vegetação em torno dos rios, além de aspectos da legislação ambiental. A secretaria da Agricultura e a EMATER-PR foram parceiras na realização do curso ocorrido em 13 de agosto na sede do Sindicato.



MATINHOS

Olericultura

De 3 a 13 de agosto, o Sindicato Rural de Matinhos e o SENAR-PR realizaram um curso de Olericultura básica. O instrutor do SENAR-PR, Claudinei Pedroso Ribas, orientou os participantes abordando temas olerícolas de raízes, bulbos e tubérculos. O curso aconteceu na Comunidade Copiosa Redenção, um centro de tratamento para dependentes químicos.



» Sugestões e informações sobre cursos, favor enviar para imprensa@faep.com.br

Conselho dos produtores de cana-de-açúcar, açúcar e álcool do estado do paraná | CONSECANA-PARANÁ

RESOLUÇÃO Nº 06 - SAFRA 2010/2011

Os Conselheiros do Consecana-Paraná reunidos no dia 2º de Agosto de 2.010 na sede da Alcopar, na cidade de Maringá, atendendo os dispositivos disciplinados no Capítulo II do Título II do seu Regulamento, aprovam e divulgam o preço do ATR realizado em Agosto de 2.010 e a projeção atualizada do preço da tonelada de cana-de-açúcar básica para a safra de 2010/2011, que passam a vigorar a partir de 01 de Setembro de 2.010.

Os preços médios do Kg do ATR, por produto, obtidos no mês de Agosto de 2.010 conforme levantamento efetuado pelo Departamento de Economia Rural e Extensão da Universidade Federal do Paraná, são apresentados a seguir:

PREÇO DO ATR REALIZADO EM AGOSTO/2010 | SAFRA 2010/2011 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,41%	31,51	0,57%	33,37
AME	44,94%	33,51	47,19%	32,46
AEAd - ME	0,00%	-	1,15%	957,38
AEAd - MI	4,96%	968,81	6,47%	905,07
AEAof	0,13%	1.013,44	0,13%	898,23
AEHd - ME	27,64%	850,87	17,34%	848,69
AEHd - MI	21,92%	836,55	26,93%	788,22
AEHof	0,00%	-	0,22%	760,85
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	5,10%	970,03	7,75%	912,68
AEHd - ME+MI+of	49,55%	844,54	44,49%	811,75

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	Mês		Acumulado	
	Mix	Preço	Mix	Preço
AMI	0,41%	0,3573	0,57%	0,3784
AME	44,94%	0,3800	47,19%	0,3681
AEAd - ME	0,00%	-	1,15%	0,3272
AEAd - MI	4,96%	0,3311	6,47%	0,3093
AEAof	0,13%	0,3464	0,13%	0,3070
AEHd - ME	27,64%	0,3035	17,34%	0,3027
AEHd - MI	21,92%	0,2984	26,93%	0,2812
AEHof	0,00%	-	0,22%	0,2714
MÉDIA		0,3384		0,3288
Obs: 1) AEAd - ME+MI+of	5,10%	0,3315	7,75%	0,3119
AEHd - ME+MI+of	49,55%	0,3013	44,49%	0,2896

PROJEÇÃO DE PREÇO DA CANA-DE-AÇÚCAR - MÉDIA DO ESTADO DO PARANÁ | SAFRA 2010/2011 - PREÇOS EM REAIS À VISTA

PREÇO DOS PRODUTOS - PVU - SEM IMPOSTOS

PRODUTOS	MIX	Média
AMI	0,91%	31,72
AME	45,65%	32,00
AEAd - ME	0,44%	957,38
AEAd - MI	11,71%	980,33
AEAof	0,05%	898,23
AEHd - ME	10,43%	840,56
AEHd - MI	30,74%	849,73
AEHof	0,08%	760,85

PREÇO LÍQUIDO DO ATR POR PRODUTO

PRODUTOS	MIX	Média
AMI	0,91%	0,3597
AME	45,65%	0,3628
AEAd - ME	0,44%	0,3272
AEAd - MI	11,71%	0,3351
AEAof	0,05%	0,3070
AEHd - ME	10,43%	0,2998
AEHd - MI	30,74%	0,3031
AEHof	0,08%	0,2714
MÉDIA		0,3343

PROJEÇÃO DO PREÇO DA CANA BÁSICA R\$/TON 121,9676 Kg ATR

	CAMPO	ESTEIRA
PREÇO BÁSICO	36,51	40,78
PIS/COFINS	-	-
TOTAL	36,51	40,78

Maringá, 26 de Agosto de 2.010

ANA THEREZA DA COSTA RIBEIRO
Presidente

PAULO ROBERTO MISQUEVIS
Vice-Presidente

Acabou! » Sim, acabou. O Japão resolveu seu problema de aftosa. O fim oficial do surto foi declarado na semana passada. O surto atingiu 1.250 propriedades e 289.000 animais foram sacrificados.

JBS 1 » O presidente da empresa afirmou que a concentração de frigoríficos não prejudica os pecuaristas. Com as concentrações os frigoríficos podem pagar mais pela arroba do boi. Olha, ele não está totalmente errado, mas também não está totalmente certo.

JBS 2 » O “superhipermega” frigorífico pretende vender três instalações na Argentina. A desculpa é que a coisa não anda bem lá com os nossos “hermanos”, parece que não tem boi pra ser abatido.

JBS 3 » A Rússia embargou uma planta do Friboi nos EUA. O motivo não ficou claro. Alguém está dizendo que é por causa de agentes patogênicos encontrados nos produtos. Será?

Boi 1 » A cotação do boi passou os R\$ 91,00. Alguém ainda tem dúvida que pouco boi é igual a preços melhores?

Boi 2 » A cotação atingiu valores pré-crise de 2008. E os especialistas apostam em mais uma subida. O índice CEPEA já apontou valores acima de R\$ 93,00/@ na semana passada.

Boi 3 » No Paraná os preços ainda não estão tão altos. Na última semana aumentos de mais de 7% foram registrados, mas a média de aumento fica na casa dos 2%.

Transgênico 1 » A empresa Aqua-Bounty pretende vender as primeiras ovas do seu salmão transgênico no final de 2010. De acordo com a empresa ele está pronto para o abate na metade do tempo do salmão comum.

Transgênico 2 » Pesquisadores da Universidade de Guelph, no Canadá, tentam aprovar o “Ecoporco”. A implantação de um

gene de rato faz com que as fezes dos animais sejam menos poluentes. Só espero que a carne não tenha gosto de queijo!

» **SUGESTÕES E COMENTÁRIOS:**
fabricao.monteiro@faep.com.br



Cleverson Beje

FUNDEPEC-PR | SÍNTESE DO DEMONSTRATIVO FINANCEIRO FINDO 31/08/2010

HISTÓRICO/CONTAS	RECEITAS EM R\$				DESPESAS EM R\$			SALDO R\$
	REPASSE SEAB		RESTITUIÇÃO DE INDENIZAÇÕES	RENDIMENTOS	TRANSFERÊNCIAS	INDENIZAÇÕES	"FINANCEIRAS/BANCÁRIAS"	
	1 - 11	12						
Taxa Cadastro e Serviços D.S.A	403.544,18	-		138.681,09	**542.225,27	-	-	-
Setor Bovídeos	8.431.549,48	13.000,00		15.012.708,55		2.341.952,64	-	21.651.815,81
Setor Suínos	2.200.137,02	1.360.000,00		1.613.779,42		141.274,87	-	5.032.641,57
Setor Aves de Corte	1.271.958,15	210.000,00		1.612.254,75		-	-	3.094.212,90
Setor de Equídeos	38.585,00	15.000,00		70.209,43		-	-	123.794,43
Setor Ovinos e Caprinos	123,76	-		7.035,75		-	-	12.874,36
Setor Aves de Postura	35.102,41	2.000,00		86.105,61		-	-	123.208,02
Pgto. Indenização Sacrifício Animais *	-	-		-		141.031,00	-	(141.031,00)
CPMF e Taxas Bancárias	-	-		-		-	77.567,43	(77.567,43)
Rest. Indenização Sacrifício Animais *	-	-	141.031,00	-		-	-	141.031,00
TOTAL	12.381.000,00	1.600.000,00	141.031,00	18.540.774,60	**542.225,27	2.624.258,51	77.567,43	29.960.979,66
SALDO LÍQUIDO TOTAL								29.960.979,66

1) Repasses efetuados pela SEAB/DEFIS de acordo com o convênio:
1º» 14/12/2000 » R\$ 500.000,00 | 2º - 23/07/2001 » R\$ 2.000.000,00 | 3º» 04/09/2001 » R\$ 380.000,00 | 4º» 28/12/2001 » R\$ 2.120.000,00 | 5º» 21/05/2002 » R\$ 710.000,00 | 6º» 26/07/2002 » R\$ 2.000.000,00 | 7º» 16/12/2002 » R\$ 2.167.000,00 | 8º» 30/12/2002 » R\$ 204.000,00 | 9º» 08/08/2003 » R\$ 600.000,00 | 10º» 08/01/2004 » R\$ 400.000,00 | 11º» 30/12/2004 » R\$ 1.300.000,00 | 12º» 01/12/2005 » R\$ 1.600.000,00

2) Valores indenizados a produtores e restituídos pelo MAPA. (*) | 3) Setor de Bovídeos (**) a) Valor total da conta Taxa de Cadastro e Serviço (repassa mais rendimentos financeiros) da DSA referente ao setor de Bovídeos = R\$542.225,27 b) Valor total retido pela SEAB/DEFIS, referente ao total da conta taxa de cadastro e serviços da DSA do setor de Bovídeos = R\$ 542.225,27 | 4) Conforme Ofício nº 315/2004-Defis, valor transferido da sub-conta do Setor de Bovídeos e creditado para sub-conta do Setor de Ovinos e Caprinos, R\$ 5.714,85.

Ágide Meneguette
Presidente do Conselho Deliberativo

Ronei Volpi
Diretor Executivo

Simone Maria Schmidt
Contadora | CO PR-045388/0-9

FUNDEPEC - PR - entidade de utilidade pública - Lei Estadual nº 13.219 de 05/07/2001



Novo texto ao Código Florestal

O Ministério do Meio Ambiente prepara um texto substitutivo ao projeto do Código Florestal do deputado Aldo Rebelo (PC do B-SP), a ser apresentado após as eleições. Segundo a secretária de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília de Brito, a nova proposta vai manter alguns pontos do documento anterior, mas haverá diferenças significativas. Uma delas é garantir que topos de morros e manguezais, por exemplo, sejam áreas de proteção permanente. Outro ponto citado por Maria Cecília é garantir que a área da margem preservada dos rios seja a mesma em todos os Estados. Além disso, lembrou a secretária, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, já havia mencionado antes que não será admitida anistia para quem desmatou irregularmente.

FAEP quer mais leilões de milho

A FAEP encaminhou aos ministros do Planejamento, Fazenda, Agricultura e Desenvolvimento Agrário um ofício relatando os problemas de comercialização do milho e solicitando a realização de novos leilões do produto. O principal argumento é o preço médio recebido em julho e agosto foi entre R\$13,07 e R\$13,66 pela saca de 60kg, valor muito abaixo do custo de produção e do preço mínimo de R\$17,46. Para reduzir as perdas dos produtores e cumprir a Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) é necessário que o governo federal dê continuidade aos leilões de Prêmio de Escoamento do Produto - PEP. A FAEP solicita a realização de no mínimo quatro leilões semanais de 240 mil toneladas de milho para a Região I, mais distante do porto.

Conservação de solo

A SEAB está orientando os produtores sobre a importância de adotar técnicas de conservação de solos para manutenção da fertilidade natural do solo paranaense. Uma resolução determina que os produtores que fazem o plantio direto não desativem a prática das técnicas de terraceamento, como já está acontecendo em algumas regiões. Segundo o IAPAR, o controle é mais eficiente quando o plantio direto está associado à técnica do terraceamento. As duas técnicas aliadas vão evitar e diminuir o processo de erosão que está voltando ao Estado, motivo de preocupação na Secretaria, disse o engenheiro agrônomo Ednei Bueno.

Na página 19 do BI nº 1110, publicamos a realização de um curso de aplicação de agrotóxicos no município de Cianorte. Porém, ilustramos a nota com uma foto que não era da turma. Aqui, a foto correta dos agricultores de Cianorte que participaram do curso no início de agosto.



Divulgação

FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA
DO ESTADO DO PARANÁ

Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2169-7988 | Fax: 41 3323-2124
email: faep@faep.com.br | site: www.faep.com.br

Presidente

Ágide Meneguette

Vice-Presidentes

Moacir Micheletto (licenciado)
Guerino Guandalini
Nelson Teodoro de Oliveira
Francisco Carlos do Nascimento
Ivo Polo
Ivo Pierin Júnior

Diretores Secretários

Livaldo Gemin
Pedro Paulo de Mello

Diretores Financeiros

João Luiz Rodrigues Biscaia
Paulo José Buso Júnior

Conselho Fiscal

Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Lauro Lopes

Delegados Representantes

Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia,
Francisco Carlos do Nascimento, Renato Antônio Fontana

**SENAR - Administração Regional do Estado do Paraná**

Av. Marechal Deodoro, 450 - 16º andar
Cep 80010-010 | Curitiba - Paraná
Fone: 41 2106-0401 | Fax: 41 3323-1779
e-mail: senarpr@senarpr.org.br | site: www.senarpr.org.br

Conselho Administrativo**Presidente**

Ágide Meneguette - FAEP

Membros Efetivos

Ademir Mueller - FETAEP
Rosanne Curi Zarattini - SENAR AC
Darci Piana - FECOMÉRCIO
Wilson Thiesen - OCEPAR

Conselho Fiscal | Membros Efetivos

Sebastião Olímpio Santoroza
Luiz de Oliveira Netto
Jairo Correa de Almeida

Superintendência

Ronei Volpi

BOLETIM informativo

Cynthia Calderon (Cordenadora de Comunicação Social)
Christiane Kremer (redatora) | Hemely Cardoso (redatora)

e-mail: imprensa@faep.com.br

Diagramação e projeto gráfico

Simon Taylor | Ctrl S Comunicação | www.ctrlscomunicacao.com.br

Publicação semanal editada pelas Assessorias
de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR
Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.



Cole a sua foto e as fotos de sua família nas molduras. Se você não tiver fotos, desenhe o retrato que estiver faltando



Avó Avó

Pai Mãe

Nome: _____



Ajude a Dona Ana a manter a casa em ordem. Ligue cada produto de limpeza e utensílio ao lugar correto da casa!



Mais informação, mais conhecimento. Agora, muito mais perto de você!

Dia **14.09** entra na internet o novo portal do **Sistema FAEP**.
Os conteúdos da **FAEP**, do **SENAR-PR** e dos **SINDICATOS RURAIS** estarão juntos
acesse: **www.sistemafaep.org.br**

SISTEMA FAEP
SENAR
FAEP
SINDICATOS RURAIS

Bem vindo ao novo Portal do Sistema FAEP!

Menu
Blog
Boletim informativo
Boletim diário
Cursos do Senar
Galeria de fotos
Vídeos
Links
Notícias
Cotações
Palestras
Rádio
Serviços
Palavra do presidente
Fale conosco

Notícias
Governo quer quintuplicar o seguro rural em dez anos, prazo considerado muito longo pela FAEP
Cotações
Áudios

Produto	Preço
Café (PR) - sc 50kg	R\$ 300,00
Café (PR) - sc 50kg	R\$ 300,00
Café (PR) - sc 50kg	R\$ 300,00
Café (PR) - sc 50kg	R\$ 300,00
Café (PR) - sc 50kg	R\$ 300,00

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14o andar
Cep 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- Mudou-se
- Falecido
- Desconhecido
- Ausente
- Recusado
- Não procurado
- Endereço insuficiente
- Não existe o nº indicado
- Informação dada pelo porteiro ou síndico

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___

Em ___/___/___

Responsável